

transgeneridades e o corpo-território em disputa

DVL

IACS - UFF

2017

“En el borde tengo el suicidio
en la moneda del deseo que arrojé al agua
refleja mis restos pezones tristes pectorales delineados
la cicatriz que partió en dos mi vida”

Michel Riquelme

A presente escrita busca compreender o corpo, o gênero e a subjetividade como tecnologias culturais, lugares de construção simbólica e de disputa, a partir de uma perspectiva não-essencialista das identidades, a serem conceitualizados enquanto “uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo”.¹ Através da elaboração de um texto ensaístico e de uma estrutura não compartimentada em capítulos, procura-se colocar em diálogo os posicionamentos de diferentes autoras de forma a desconstruir a noção de identidade fixada, onde pretendeu-se priorizar as falas de pessoas trans e de outras identidades estigmatizadas, tendo como principal interesse de pesquisa os discursos pelos quais se formam, são impostas e reproduzidas as classificações binárias do binômio sexo-gênero no contexto ocidental(izado) contemporâneo e os efeitos de seu projeto político, que tem como sintoma a exclusão sistêmica de pessoas desviantes da cisheteronorma.

A realização deste trabalho se dá como postura política pela necessidade de demarcar este lugar de fala no espaço hegemônico da academia, onde também estas exclusões são parte constituinte, e teorizar a partir do deslocamento da dor dos processos de violência que me foram impostos enquanto pessoa transgênero.² A identidade e, por conseguinte, a diferença – que é sustentada pela exclusão –,³ são postas então como uma relação social, criações sociais e culturais. Neste sentido, tanto a temática quanto a escolha da metodologia e formato de texto estão incluídas em uma atitude política, uma vez que “a ausência relativa de pessoas transgêneras e não-cisgêneras em posições decisórias é uma realidade facilmente observável em praticamente todas as esferas de sociabilidade; ela se apresenta de maneira peculiar,

¹ Stuart Hall, ‘Identidade Cultural e Diáspora’, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, núm. 24 (1996), pp. 68–75 (p. 68).

² Maria Clara Araújo, ‘Epistemicídio e produção intelectual de travestis’, *Semana de Ciências Sociais da UFBA: Ciência para que(m)? Descolonizando Saberes, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas*, Salvador, BA, 26 de outubro de 2017 <<https://soundcloud.com/mariaclaraaraujo/maria-clara-araujo-epistemicidio-e-producao-intelectual-de-travestis-ufba>> [acessado em 28 de outubro de 2017].

³ Kathryn Woodward, ‘Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual’, in *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*, por Tomaz Tadeu da Silva, org. (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000), pp. 7–72 (p. 9).

entretanto, na produção de conhecimentos acadêmicos, em que a sua ausência como pesquisadorxs e doutorxs convive com uma crescente presença como sujeitxs-objetos de estudo”.⁴

Por se darem nestes campos, estas realidades se configuram dentro de um sistema perpassado por relações hierárquicas – onde determinados grupos possuem mais privilégios do que outros –, uma vez que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído”.⁵ Quando estas estruturas discursivas e simbólicas operam de forma a ter como sua condição primeira de existência a subalternização de grupos, tem-se a marginalização daqueles não pertencentes à hegemonia e a constante naturalização do lugar violento.

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.⁶

Os conflitos configurados no interior destas relações sociais são, portanto, dados desigualmente, onde determinadas estruturas historicamente situadas servem à dominação de grupos a fim de manter a situação hegemônica – a opressão de um grupo sobre vários outros. A sociedade ocidental(izada) baseia-se então na exclusão dos grupos minoritários de forma a manter o bem-estar social do grupo dominante, sendo este o seu fundamento. Para que as poucas pessoas consideradas plenamente humanas⁷ possam manter suas condições de

⁴ Viviane Vergueiro, ‘Pela descolonização das identidades trans’, *VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH* (2012), p. 12.

⁵ Woodward, p. 18.

⁶ Tomaz Tadeu da Silva, ‘A produção social da identidade e da diferença’, in *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*, por Tomaz Tadeu da Silva, org. (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000), pp. 73–102 (p. 81).

⁷ Jota Mombaça, ‘rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!’, *Oficina de Imaginação Política* (2016), pp. 3–16 (p. 10) <https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuic__a__o_da_vi> [acessado em 4 de setembro de 2017].

vida privilegiadas, é necessária a reiteração de outras enquanto abjetas, por meios colonialistas, não sendo possível conceber a emancipação dos grupos subalternizados pela mesma realidade opressora, sendo necessário conceber outros projetos de mundo. Além disso, faz-se importante ressaltar a complexidade de lugares que uma pessoa pode ocupar na contemporaneidade pois “hoje, a classe social, a raça, a educação, a localização, incidem dentro do conceito de gênero, ainda que alguns apaixonados pela heteronorma não queiram abrir seus olhos conservadores e ver a realidade exposta em seus próprios narizes”.⁸ Me localizo enquanto uma pessoa transgênero que, juntamente a isso, é beneficiada pela estrutura racista e classicista desta sociedade – enquanto branca e de classe média –, dentre vários outros lugares de privilégio que me constituem. Faz-se indispensável explicitar que esta estrutura que me beneficia em detrimento de outros grupos é parte integral da razão pela qual me foi concebida a possibilidade de redigir este trabalho e ocupar um espaço privilegiado de ensino, assim como demais espaços, sendo “importante interrogar o pressuposto de que o investigador deva manter uma distância crítica segura entre o sujeito e o objeto de pesquisa considerando-o um pressuposto machista e heterossexista que invisibiliza subjetividades oprimidas, promovendo uma ciência falsamente neutra que, na verdade, operacionaliza uma série de exclusões políticas, epistemológicas e identitárias”.⁹

Deste modo, não é possível articular acerca das identidades subalternizadas sem com isso apontar as ferramentas colonizadoras que operam os discursos de exclusões na nossa sociedade, como falar sobre vivências trans sem nomear o cissexismo.

Este trabalho fala de identidades transgêneras e não-cisgêneras, mas sobretudo fala de opressões sobre individualidades transgêneras e não-cisgêneras; fala sobre transgeneridades, mas sobretudo fala sobre cisgeneridades. Neste sentido, é uma análise cujo foco está menos em 'tecnologias de gênero' que nos corpos transgêneros retalhados e perfurados em ruas urbanas

⁸ Hija de Perra, ‘Interpretações imundas de como a Teoria *Queer* coloniza nosso contexto *sudaca*, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma’, *Revista Periódicus*, 2ª edição (2014–2015), pp. 1–8 (p. 5) <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896/9215>> [acessado em 12 de julho de 2017].

⁹ Daniel Lourenço, ‘Queer na primeira pessoa: Notas para uma enunciação localizada’, *Revista Estudos Feministas*, vol. 25, núm. 2 (2017), pp. 875–887 (p. 881) <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38151031021>> [acessado em 23 de setembro de 2017].

e rurais; menos em subversões e trânsitos de gênero que na rigidez aparentemente neutra e natural de um sistema de gênero binário [...] Este trabalho trata, enfim, das estruturas sociais que colonizam as identidades transgêneras e não-cisgêneras, desde diversas de suas definições e insultos até a desumanização que autoriza (implícita ou explicitamente) as variadas formas de violência, passando ainda pelos controles e sanções sociais que comprometem a existência das individualidades transgêneras e não-cisgêneras, frequentemente negando a elas direitos humanos fundamentais.¹⁰

O problema de enunciação do termo ‘nós’ aqui se dá através da preocupação em não invisibilizar a pluralidade de identidades de gênero e de suas demandas políticas pela “amplitude do termo ‘transgênero’”, não reduzindo “as individualidades transgêneras e não-cisgêneras à sua dimensão de gênero: marcadores como classe, raça-etnia, nacionalidade, sexualidade, nível educacional, religiosidade, entre outros, também influenciam a formação das subjetividades dessas pessoas, em diferentes composições de acordo com as vivências individuais”¹¹, interseccionalmente, sabendo-se os perigos de uma narrativa única e portanto dominante. É importante reconhecer a diferença de pautas, de histórias e vivências de pessoas que se reivindicam enquanto trans, e enquanto não-cis, acerca das inúmeras identidades que tais termos ‘guarda-chuva’¹² podem ou não englobar, para que não se pratique o gesto colonialista de reduzir as identidades e nomeá-las a partir do lugar do outro.

Hoje falo situada geograficamente no Sul, mas muitas vezes parece que me valido falando a partir do Norte, como seguindo um pensamento que nos guia a matriz do dominador. Refiro-me com isto a como os novos saberes de Gênero se acumulam de repente em nossos limites territoriais e nos enquadram com novas etiquetas para fomentar e entender o exercício da existência e suas diferenças sexuais. [...] Agora segundo nossa presente e transtornada realidade, alterada por novos padrões de classificação e desclassificação sexual, deveria me envolver e me encantar em algum deles para poder simpatizar com esta neo-cultura imposta que me dita o fato de representar esse algo que me liga ou me desliga do imposto sistema binário de gênero. Raciocinando pluralmente oprimida e desorientada entre tanta nova erudição que mescla e desestabiliza o que para

¹⁰ Vergueiro, pp. 1–2.

¹¹ Vergueiro, p. 7.

¹² Do inglês ‘umbrella term’.

alguns é coerente e para outros está sujeito a mudanças constantes segundo os devires sexuais da vida, somente me gera arrepios o tratar de me identificar nessas novas caixinhas.¹³

¹³ Perra, pp. 2–4.

“A inserção nos moldes de corponormatividade cirúrgica me fizeram refletir durante muito tempo sobre como o meu corpo se modifica durante o meu processo de transição. Um antiandrógeno e um estrogênio, substâncias que fazem parte da terapia hormonal utilizada por muitas pessoas trans, não foi suficiente para as demandas do meu corpo, nem mesmo cirurgias o seriam por completo. Talvez porque a experiência de gênero a que eu me submeti sempre esteve mais relacionada a processos escavatórios e de escutas de sonhos do que propriamente a métodos da medicina de intervenção cirúrgica-hormonal. Aprendi que os multiversos trans possuem atravessamentos de religiosidades afro-brasileiras e de ancestralidades xamãs. Em culturas ameríndias, os papéis de gênero transitavam correntemente antes da ideia de ‘pecado’ ser inserida pelo colonialismo e as práticas/devires corporais estavam diretamente relacionadas à espiritualidade. Os Two-spirits praticavam papéis sociais de forma não-binária em muitas das tribos norte-americanas. A pessoa por trás dos que muitos chamam de *traveco* faz parte de um arcabouço histórico marcado por processos civilizatórios que, para tantas culturas, estão diretamente ligadas ao apagamento das suas culturas e espiritualidades.”

Tertuliana Lustosa

O nome próprio, frequentemente utilizado e percebido como um marcador de gênero, é descrito como “a forma por excelência da imposição arbitrária que operam os ritos de instituição: a nomeação e a classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferentes às particularidades circunstanciais” e realidades daquilo ou de quem nomeia, e portanto incapaz de veicular informação, pois o que designa-se está em constante transformação, podendo “atestar a identidade da *personalidade*, como individualidade socialmente constituída, a custa de uma formidável abstração.”¹⁴ Estas instituições de classificação fazem parte da constituição mesma e da reprodução da estrutura que as consolidam enquanto verdade, sendo elas construções sociais e tendo suas implicações no processo de diferenciação dos sujeitos por ela inscritos. Embora abstratas, frequentemente exercem poder como responsáveis pela criação e manutenção das estruturas da desigualdade, pois, assim como o nome próprio, estes ritos de nomeação refletem e operam discursos. O uso de um nome pelo qual uma pessoa sente-se representada deve ser encarado como um direito, o qual majoritariamente é desrespeitado, assim como muitos outros, na vivência de pessoas trans que não fazem uso de seus nomes de registro, sendo comumente estes utilizados de forma a atacar e deslegitimar a identidade de pessoas trans – além das muitas barreiras e silenciamentos que figuram nos processos jurídicos para conseguir a modificação dos documentos, não só do nome quanto do gênero, quando desejada.

A lógica binária de gênero encontra-se como uma arbitrariedade classificatória, uma imposição destas instituições – enquanto quem detém o poder de classificação detém também o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados –,¹⁵ dada a partir da interpretação do que seria uma configuração biológica natural, utilizada como uma categoria social que é derivada de classificações culturais que servem para dar sentido à natureza.¹⁶ Faz-se necessário entender o lugar de construção deste território enquanto politicamente constituído para a utilização destas categorias como forma de subversão ao modelo dominante que engendra papeis e limita, simbólica e materialmente, a vida de pessoas divergentes à norma instituída.

¹⁴ Pierre Bourdieu, ‘A Ilusão Biográfica’, in *Usos e abusos da história oral*, por Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado, orgs. (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998), pp. 183–191 (p. 187).

¹⁵ Silva, p. 82.

¹⁶ Woodward, p. 42.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional.¹⁷

Esta perspectiva – de entender o gênero somente enquanto categoria de distinção biológica natural – se dá através de um determinado aparato cultural que também é criador destas condições, sendo

discriminações discursivas muito importantes que têm implicações cruciais, pois descrevem a realidade e, ao fazê-lo, produzem também esta realidade social. Não se pode separar o poder do discurso para produzir uma realidade social, de uma parte, do poder do discurso para descrever uma realidade existente, de outra parte. Ambas as coisas acontecem ao mesmo tempo.¹⁸

A natureza é interpretada a partir de um paradigma que criará estas condições as quais interpreta e, por conseguinte, as configurações biológicas utilizadas como instrumento de distinção dos gêneros – estes lidos como sexos – são também socialmente construídas, não sendo possível pensá-los separadamente e, “se o ‘sexo’ é tão culturalmente construído quanto o gênero, na verdade, talvez o sexo tenha sido desde sempre gênero, de maneira que a distinção sexo/gênero não é na verdade distinção alguma”.¹⁹ Portanto, não somente o gênero é uma ficção social como também o que se entende por sexo biológico, o que não dispensa as suas implicações materiais.

O corpo é culturalmente produzido a partir de discursos, e sua existência configura-se em significado somente através de sua inserção na cultura, não sendo possível pensá-lo anteriormente à linguagem, e sim como um “conceito limiar ou fronteiro que oscila

¹⁷ Stuart Hall, ‘Quem precisa da identidade?’, in *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*, por Tomaz Tadeu da Silva, org. (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000), pp. 103–133 (p. 109).

¹⁸ Fonte desconhecida.

¹⁹ Sara Salih, *Judith Butler e a teoria queer*, (Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012), p. 71.

perigosa e indecidivelmente no eixo dos pares binários”²⁰, da cultura e da natureza. A exemplo disto têm-se as vivências de pessoas intersexuais, aquelas cuja biologia o discurso médico não consegue enquadrar no sistema binário de sexo feminino/sexo masculino, e que em grande número são forçosamente submetidas a cirurgias irreversíveis e tratamentos de ‘correção’, ainda enquanto crianças, para que adequem-se ao modelo físico que é esperado do gênero ao qual arbitrariamente lhes foi designado.

O ‘eu’ enunciado pelo corpo crítico falante será cuidadosamente conceitualizado enquanto uma ficção – mas, tal como a verdade ou o gênero, uma ficção sócio-culturalmente incontornável, e um lugar de poderosos e indispensáveis efeitos éticos e epistemológicos. A possibilidade subsequentemente desenhada para o discurso crítico é a de entender o “eu” escrito enquanto um instrumento útil para a mobilização de sentidos e conhecimentos de formas que possam transformar a relação entre subjetividade e prática crítica, situando modelos alternativos à obliteração de sujeitos dissidentes implementada pelos modelos inerentemente patriarcais do positivismo clássico que Binnie e Haraway descrevem.²¹

Apesar destas categorias serem colocadas enquanto ficcionalizadas, elas não dispensam a “obliteração de sujeitos dissidentes” da qual fala Lourenço. Pois, independentemente dos gêneros serem categorias culturalmente produzidas e não um evento natural, isto não dispensa os efeitos da desigualdade para a qual esta lógica binária eurocêntrica opera, onde um dos polos será sempre subalternizado em relação ao outro.

Questionar essa 'fundação ficcional' de gênero, portanto, significa problematizar também a constituição do humano, e por consequência a ideia de que existam homens e mulheres 'biológicxs', uma vez que sua biologia se assenta sobre esta ficção. Além de, evidentemente, denunciar a fantasia transfóbica que desumaniza individualidades transgêneras e não-cisgêneras sem nos deixarmos ludibriar por argumentações infrutíferas sobre a verdade ou inverdade dos discursos transfóbicos, focando-nos

²⁰ Elizabeth Grosz, ‘Corpos reconfigurados’, *Cadernos Pagu*, vol. 14 (2000), pp. 45–86 (p. 85), citado por Luís Augusto Vasconcelos da Silva e Maycon Lopes, ‘Corpos híbridos e transexualidade: para além da dicotomia de gênero’, in *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*, por Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Liliana Lopes Pedral Sampaio, org. (Salvador: EDUFBA, 2014), pp. 25–39 (p. 35).

²¹ Lourenço, p. 883.

nos “efeitos de poder que produzem ou [n]a maneira que se desdobram dentro de sistemas de práticas discursivas e institucionais” (HALPERIN, 2007, p. 50, tradução nossa).²²

A lógica binária dá-se necessariamente enquanto uma relação hierárquica, “a forma mais extrema de marcar a diferença”,²³ onde a categoria ‘transexual’ é criada pela cisgeneridade, assim como a categoria ‘negro’ é criada pela branquitude.

Pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão e daquilo que a ameaça. Derrida mostrou como a constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois polos resultantes - homem/mulher, etc. Aquilo que é peculiar ao segundo termo é assim reduzido - em oposição à essencialidade do primeiro - à função de um acidente. Ocorre a mesma coisa com a relação negro/branco, na qual o branco é obviamente equivalente a “ser humano”. “Mulher” e “negro” são assim, “marcas” (isto é, termos marcados) em contraste com os termos não-marcados “homem” e “branco”.²⁴

Enquanto o sujeito for concebido por suas noções redutivistas, essencialistas, e biologizantes, caberá a ele a imobilidade da naturalização dos processos de distinção inerentemente excludentes em que opera a manutenção dos privilégios de uma fina camada social e de sua geografia da marginalização, opressão e apagamento. “A desumanização não é um destino dado, ela é resultado de uma ordem, então travestis não estão nessa posição de sub-gente porque a gente já nasce sub-gente. A gente se tornou sub-gente porque esse outro - que é esse cisgênero - nos construiu dessa forma”²⁵. O corpo é culturalmente construído e marcado - não havendo para si um destino dado assim como a desumanização -, e reforçar sua concepção como um dado pré-discursivo é reforçar também os mecanismos de naturalização da diferenciação por meio da exclusão social.

²² Vergueiro, p. 4.

²³ Woodward, p. 49.

²⁴ Stuart Hall, ‘Quem precisa da identidade?’, p. 110.

²⁵ Araújo, ‘Epistemicídio e produção intelectual de travestis’.

O corpo não poderá ser o chão de uma prática crítica ou científica se, no processo, se reforçam mecanismos ideológicos de “biologismo, essencialismo, ahistoricismo e naturalismo”. É necessário um modelo não biológico e não redutivo do corpo, que o entenda enquanto um dinâmico catalisador de forças sócio-culturais.²⁶

Perceber o corpo enquanto catalisador de forças sócio-culturais coloca em sua perspectiva a agência, projetando-o como território de reprodução e também de re-des-construção, pois através dele se farão novas inscrições. O corpo não será somente considerado por sua passividade inscrita, aniquilado pelo poder disciplinar: o corpo é também tomado como local de resistência.

Se os corpos são atravessados e infiltrados por conhecimentos, sentidos e poderes, eles também podem, sob certas circunstâncias, vir a ser lugares de luta e resistência, inscrevendo-se a si próprios nas práticas sociais. É a atividade de corpos desejantes que apesar de marcados pela lei, operacionalizam as suas próprias inscrições nos corpos de outros, de si próprios, e ainda da lei, que devemos opor à passividade do corpo inscrito.²⁷

A ideia de performatividade²⁸ coloca o gênero enquanto uma série de atos linguísticos a repetir-se incessantemente que, a partir destes movimentos, acaba por definir identidades. Somos estruturados pela realidade social e dela estruturantes, produtos e produtores,²⁹ onde atuamos como agentes ativos de reconfiguração deste campo. A medida em que a lei – esta entendida enquanto a norma reguladora da atividade dos corpos e seus efeitos de mortificação – inscreve-se a partir de sua incessante repetição, produzindo identidades e sendo reproduzida, o nosso reconhecimento enquanto produtores culturais imbricados nessas relações assimétricas é uma das potências geradoras de posicionamentos que opõem-se às estruturas opressoras, pois esta estruturação da realidade social é causa-efeito da naturalização dos lugares de subalternização e limitação do desejo e do devir dos corpos por sua imposição dos atravessamentos de violência.³⁰

²⁶ Lourenço, p. 882.

²⁷ Elizabeth Grosz, ‘Bodies and Knowledges: Feminism and the Crisis of Reason’, in *Feminist Epistemologies*, por Linda Alcoff e Elizabeth Potter, orgs. (Nova Iorque: Routledge, 1993), pp. 187–216 (p. 199), citado por Daniel Lourenço, ‘Queer na primeira pessoa: Notas para uma enunciação localizada’, *Revista Estudos Feministas*, vol. 25, núm. 2 (2017), pp. 875–887 (p. 882) <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38151031021>> [acessado em 23 de setembro de 2017].

²⁸ Judith P. Butler, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003).

²⁹ Lourenço, p. 884.

³⁰ Araújo, ‘Epistemicídio e produção intelectual de travestis’.

Segundo Judith Butler (1999), a mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existentes pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas. A repetição pode ser interrompida. A repetição pode ser questionada e contestada. É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes.³¹

A partir da noção de economia da violência, sua distribuição se dá através das relações de poder e depende de sua reprodução enquanto elemento estruturante da sociedade, sendo a colonialidade o modo de produção do mundo como o conhecemos e responsável pela assimetria destas relações onde ficções de segurança são perpetradoras de violência.³²

³¹ Silva, p. 95.

³² Jota Mombaça, 'Desmontando a caravela *queer* na vida após a morte do colonialismo', *Fala pública com Jota Mombaça – parte das ações e atividades do Arte e Ativismo na América Latina, ano II (2017)*, Despina: Largo das Artes, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2017.

“Redistribuir a violência, nesse contexto, é um gesto de confronto,
mas também de autocuidado. Não tem nada a ver com declarar uma guerra.

Trata-se de afiar a lâmina para habitar uma guerra que foi declarada a nossa revelia,
uma guerra estruturante da paz deste mundo, e feita contra nós. Afinal, essas cartografias
necropolíticas do terror nas quais somos capturadas são a condição mesma da segurança
(privada, social e ontológica) da ínfima parcela de pessoas com
status plenamente humano do mundo.”

Jota Mombaça

A transgeneridade, criada como categoria pelo discurso médico, é ainda atualmente patologizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em sua décima versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID 10), constam os seguintes itens: F64.0 Transexualismo, F64.1 Travestismo Bivalente, F64.2 Transtorno de identidade sexual na infância, F64.8 Outros transtornos da identidade sexual, F64.9 Transtorno não especificado da identidade sexual. Tal surgimento se deu a partir de pessoas cisgêneras e de sua centralidade, onde “produziram historicamente a nossa categoria – porque, a categoria transexual, ela é uma categoria criada pela cisgeneridade, especificamente na medicina – e é por isso que hoje em dia ainda nós temos tanta dificuldade para poder falar por si próprias”³³, cujas “construções médicas de natureza cisgênero-binária acabam por influenciar os entendimentos jurídicos sobre gênero”.³⁴ A categoria ‘desviante’ da transgeneridade terá, portanto, como seu corolário³⁵ a cisgeneridade, sendo esta considerada normal, natural, e saudável, como o par de oposição ao corpo-patologia desumanizado das pessoas trans, e estas designações não são nunca inocentes,³⁶ sendo parte da “condição mesma da segurança (privada, social e ontológica) da ínfima parcela de pessoas com status plenamente humano do mundo”.³⁷ Esta categoria clínica que captura o sentido é, por sua vez, também apropriada como meio de identificação e empoderamento no movimento social pelo reconhecimento político destas pessoas e de suas demandas, de forma a fazer-se ouvir suas vozes que vem insistentemente sofrer tentativas de silenciamento, etnocídio e epistemicídio: a exclusão é então tomada como eixo comum de equivalência para a formação de solidariedade entre diferentes grupos desviantes.³⁸

A homossexualidade (*acrescento aqui, também, a transgeneridade*)³⁹ surge, então, como categoria clínica através da qual as forças institucionais capturam o sentido e ação de um corpo numa narrativa fixa, com pressupostos quanto às suas origens, quanto à sua tipologia, quanto à sua fenomenologia e quanto ao seu destino biológico e social. Mas o termo é, também,

³³ Araújo, ‘Epistemicídio e produção intelectual de travestis’.

³⁴ Vergueiro, p. 11.

³⁵ Daniel Welzer-Lang, ‘A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia’, *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, núm. 2 (2001), pp. 460–482 (p. 467).

³⁶ Silva, p. 81.

³⁷ Mombaça, ‘rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!’, p. 10.

³⁸ Stuart Hall, *A identidade cultural na pós-modernidade*, 10ª edição (Rio de Janeiro: DP&A, 2005), p. 86.

³⁹ Nota do autor.

eventualmente tomado como palavra de ordem por aqueles que se reivindicam a si próprios enquanto homossexuais, e, assim, esta designação pretensamente neutra da ciência, que, na verdade, serve os interesses de um aparato ideológico heterossexista vasto e profundo, converte-se num recurso fulcral para as novas estratégias de autoafirmação e autorrepresentação de um emergente sujeito político.⁴⁰

Sendo as classificações tomadas a partir da identidade, e o poder instaurado a partir do processo de diferenciação que a cria, dá-se a normalização de um determinado padrão identitário onde todas as outras identidades estarão relegadas à esta: a identidade normalizada e, portanto, privilegiada, a qual não percebe-se também enquanto construção – uma vez que o corpo marcado é o corpo do outro. “Para minha mãe não foi fácil engolir a experiência de gênero, que carrega, em si, a anormalidade de uma vida aniquilável e fora da utopia do corpo – não reconhecida sequer como vida, mas como criminalidade, deficiência e perigo”.⁴¹ Sendo a categoria da transgeneridade sócio-historicamente construída, também o é a categoria da cisgeneridade, e em sua decorrência dá-se a importância de nomeação da norma.⁴²

Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais.⁴³

A categorização é simultaneamente a criação das categorias, e estas servem a uma hierarquização onde as diferentes formas de violência atuarão sobre corpos específicos com gênero, classe, raça-etnia, dentre outros, demarcados, onde “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”.⁴⁴

⁴⁰ Lourenço, p. 877.

⁴¹ Tertuliana Lustosa, ‘Manifesto Traveco-Terrorista’, *Revista Concinnitas*, vol. 1, núm. 28 (2016), pp. 384–409 (p. 386) <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25929/18560>> [acessado em 16 de agosto de 2017].

⁴² Mombaça, ‘rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!’, p. 10.

⁴³ Silva, p. 83.

⁴⁴ Woodward, p. 17.

Se os discursos das ciências naturais e das ciências humanas continuam carregados de retóricas dualistas cartesianas de corpo/espírito, natureza/tecnologia, enquanto os sistemas biológicos e de comunicação provaram funcionar com lógicas que escapam a tal metafísica da matéria, é porque esses binarismos reforçam a estigmatização política de determinados grupos (as mulheres, os não brancos, as queers, os incapacitados, os doentes...) e permitem que eles sejam sistematicamente impedidos de acessar as tecnologias textuais, discursivas, corporais etc. que os produzem e os objetivam. Afinal, o movimento mais sofisticado da tecnologia consiste em se apresentar exatamente como ‘natureza’.⁴⁵

O impedimento de acesso a essas tecnologias se dá pela constante reiteração destas pessoas enquanto objetos e abjetas, sendo a exclusão sistêmica parte da realidade de pessoas trans e principalmente das racializadas e empobrecidas,⁴⁶ como “identidades que não são tidas enquanto seres racionais, nós não somos humanos, somos sub-gente, quase animais”⁴⁷ e, no contexto acadêmico, estas encontram-se em maioria apenas como objetos de pesquisa, com suas vivências exotificadas e espetacularizadas, sendo impossibilitadas historicamente de ocupar este espaço uma vez que ele é fundamentado na estrutura colonialista eurocêntrica, assim como a produção de conhecimento cis-branca sobre outras sociedades: “Said argumenta que as representações sobre o Oriente produzem um saber ocidental sobre ele – um fato que diz mais sobre os medos e as ansiedades ocidentais do que sobre a vida no Oriente e na África do Norte”.⁴⁸ Este tipo de produção tem por sua base a estigmatização e exclusão dos grupos, além de partir de uma perspectiva onde não investiga-se a sua própria formação identitária. A exemplo, se pessoas trans foram constituídas enquanto suas identidades de gênero, assim também foram as pessoas cis, porém o gênero a ser marcado e estudado é o das pessoas trans, em vez de pensar-se a cisgeneridade enquanto uma categoria identitária produzida e compulsória, que é tomada como padrão natural: “Um sintoma desta assimetria estaria na divisão feita frequentemente entre pessoas transgêneras e pessoas 'naturais', 'biológicas’”.⁴⁹

⁴⁵ Paul B. Preciado, *Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas da identidade sexual* (São Paulo: N-1 Edições, 2014), p. 168.

⁴⁶ Mombaça, ‘rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!’, p. 15.

⁴⁷ Araújo, ‘Epistemicídio e produção intelectual de travestis’.

⁴⁸ Woodward, p. 24.

⁴⁹ Vergueiro, p. 3.

A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os “limites” epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes – são mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas.⁵⁰

Estas fronteiras enunciativas ou práticas de silenciamento impostas às vozes dissidentes agem de forma a limitar o que pode ser dito, como ininteligíveis, e lançam reiteradamente estes corpos em lugares de inexistência⁵¹, onde a existência de tais corpos aparenta dar-se somente no lugar de subalternização imposto pelo olhar dominante. “Parece ser que nossa voz só se valoriza quando o dominante nos encontra, nos faz existir. Como se a história anterior à colonização não existisse e tudo partisse do descobrimento da América para estes indivíduos que não sabiam nem sequer onde estavam e que nós existíamos havia muitos anos livres das suas misérias imundas”⁵², onde culturas foram e continuam a ser violentadas pelo processo (neo)colonizador eurocêntrico cujos “foram se impondo ideais alheios com morte e violência a cada setor onde se propagou esta escória tormentosa que aniquilou nossa originária e rica cultura indígena”⁵³.

Ao tomar a (des)colonização como conceito analítico para as individualidades transgêneras e não-cisgêneras, pretende-se denunciar o caráter colonizatório dos obstáculos institucionais e não-institucionais a uma existência digna a essas pessoas, incluindo-se aqui sua exclusão sistemática de espaços de decisão e produção de conhecimento, bem como explicitar o etnocentrismo que permeia as definições dominantes de gênero, desestabilizando cronologias que privilegiam instituições médicas para analisar inconformidades de gênero – respeitando, pois, a existência histórica de perspectivas outras sobre gênero que não a 'ocidental'.⁵⁴

A partir de tais atravessamentos, deve-se ressaltar não somente os problemas acerca da fala subalternizada (entendendo a ‘condição de subalternidade’ como processo de subalternização), mas também acerca da escuta dominante e seus lugares. Jota Mombaça aponta para a importância de se pensar as tensões da fala subalternizada – aquela “inscrita por processos de violência como menos legítimas e menos

⁵⁰ Bhabha, Homi K., *O local da cultura* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998), pp. 23–24.

⁵¹ Mombaça, ‘Desmontando a caravela *queer* na vida após a morte do colonialismo’.

⁵² Perra, p. 2.

⁵³ Perra, p. 1.

⁵⁴ Vergueiro, p. 9.

importantes” – integrando-as aos obstáculos da escuta dominante: “O problema está na relação, e se concentra especialmente no outro polo da relação que é precisamente esse lugar da escuta [...] O corpo inscrito pelos efeitos de subalternidade, ele, sim, pode articular um discurso, ele, sim, pode emitir uma voz e produzir som, o que ele não pode é ser escutado ou lido”.⁵⁵ Este corpo e voz produzidos enquanto ininteligíveis, desviantes, – e portanto cômodos de serem desumanizados –, são perpassados pelas tecnologias do silêncio, sendo ele fundante da coerência da identidade dominante “em sua materialidade significativa”.⁵⁶

Nesse sentido, quando a autora [Eni P. Orlandi] diz que “o silêncio é fundante”, podemos entender que o silêncio funda a cisgeneridade. Esse silêncio se dá ao mesmo tempo em que produz coerências e inteligibilidades às identidades dos sujeitos cisgêneros e interdições à plena identificação de gênero aos sujeitos transgêneros. Essa interdição é responsável pela produção de abjeções relacionadas à transgeneridade. Mas essa interdição também enseja formas de resistência pelxs subalternxs.⁵⁷

⁵⁵ Jota Mombaça, ‘Vozes do Sul – Lugar de Fala: Problema de Escuta’, *Festival Silêncio*, Lisboa, Portugal, vídeo online, Facebook, 1 de outubro de 2017 <<https://www.facebook.com/jeferson.isaac/posts/1565386336857409>> [acessado em 2 de outubro de 2017].

⁵⁶ Beatriz Pagliarini Bagagli, ‘Cisgeneridade e Silêncio’, *Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões Trans** (2014) <<https://transfeminismo.com/cisgeneridade-e-silencio/>> [acessado em 29 de outubro de 2017].

⁵⁷ Bagagli, ‘Cisgeneridade e Silêncio’.

“Quando o subalterno pode falar? De que maneiras pode falar? Sobre o que pode falar?

Não fale alto, não fale coisas pessoais, não seja violenta, não seja autobiográfica, não se vitimize, fale de coisas universais. Universais... universos plenos de espaços brancos. É de uma tenacidade o que fazemos aqui: utilizando as ferramentas eurocêntricas para destituir a eurocentralidade. Burlando regras, falando em sotaques desconhecidos, cifrando segredos. Subalternos, selvagens... as palavras em nossas mãos são armamentos pesados. Por isso nos enforcaram, queimaram na fogueira, imolaram, deram um tiro na nuca.”

Sara Elton Panamby

O desvio é conceitualizado como “uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal”, não sendo o desvio uma característica de algo ou de quem é entendido como desviante.⁵⁸ As heterotopias de desvio são descritas enquanto espaços onde se colocam os indivíduos cujo comportamento é transgressor em relação às normas, criando “um espaço de ilusão, que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real, todas as alocações no interior das quais a vida humana é compartimentada”,⁵⁹ onde a punição aos comportamentos rotulados como desviantes serve à manutenção da ordem social, sendo ela mantida pelas oposições da lógica binária.⁶⁰ “Sendo assim, a construção da sexualidade deu-se nos territórios políticos, instituindo ontologias únicas, do ‘normal’ em oposição ao ‘anormal’, criando mecanismos de aniquilamento social. E mais: esse fluxo dita relações desiguais de trabalho, além de submissões, apagamentos e aniquilamentos justificados por uma noção construída de corpo e vida”⁶¹, no qual esta anormalidade forjada, construída como corpo infrator, é submetida à uma série de violências em favor de sua ‘correção’, ‘cura’, penalização e aniquilamento.

O Brasil é considerado o país mais violento dentre os países que possuem estatísticas de mortes de pessoas trans – cuja expectativa de vida de travestis e mulheres trans é de 35 anos de idade, em comparação à média nacional de 75 anos – sendo o que carrega o maior número destes assassinatos, e cujos mapeamentos são realizados por ONGs e grupos de movimentos sociais, estimando-se que a quantidade seja muito maior do que esta devido a vários crimes que não são contabilizados como casos de transfobia (a saber também os casos de pessoas suicidadas, uma vez que estes são totalmente atravessados por questões sociais), havendo o apagamento da identidade de gênero da vítima, e dada também a dificuldade de realizar este levantamento sem o apoio de políticas públicas. As sanções impostas a estes corpos ‘desviantes’ ou ‘transgressores’ dão-se não somente com a precarização de suas condições de vida como também leva aos casos de

⁵⁸ Howard Becker, *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio* (Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009), p. 22.

⁵⁹ Michel Foucault, ‘De espaços outros’, *Estudos Avançados*, vol. 27, núm. 79 (2013), pp. 113–122 (p. 120) <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300008>> [acessado em 15 de outubro de 2017].

⁶⁰ Woodward, p. 46.

⁶¹ Lustosa, p. 403.

assassinato e suicídio destas pessoas por existirem da forma que existem – a qual desafia a ordem da normalidade e a instituição dos padrões de gênero – sendo a maior parte desta estatística composta por pessoas que já são violentadas por outros vetores de opressão, como o racismo. A partir da noção de necropolítica e seus meios de operação, tem-se:

Espancamentos públicos, omissão médica, espetacularização das mortes, naturalização da extinção social, genocídios, processos de exclusão e violência sistêmica formam parte da vida diária de muitas pessoas trans*, assim como sapatonas, bichas e outras corpos dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, especialmente as racializadas e empobrecidas. Todas essas formas de violência e brutalização são de fato parte de um design global, que visa definir o que significa ser violento, quem tem o poder para sê-lo, e contra que tipos de corpos a violência pode ser exercida sem prejuízo à normalidade social. No marco desse design global, a violência é gerida para ser mortal para muitos e lucrativa e/ou prazerosa para uns poucos. No marco desse design global, a violência cumpre um programa e opera em favor de um projeto de poder anexado a heteronormatividade, cissupremacia, neocolonialismo, racismo, sexismo e supremacia branca como regimes de exceção.⁶²

A distribuição da violência se dá, portanto, de forma a privilegiar algumas poucas vidas específicas em detrimento de outras, assim como privilegia suas vozes, práticas, e saberes, em detrimento de outros, fazendo parte da manutenção de poder do lugar normativo. A identidade normativa se dá pela hegemonia branca, cissexista, heteropatriarcal, capacitista, classicista, onde as outras identidades se encontram à esta subalternizadas. Este padrão oprime, portanto, não somente as identidades trans como também a várias outras identidades.

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia e nisso consiste seu privilégio. A não-marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, “o outro” – diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos “sujeitos normais” – é hiper Marcado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. Nomear a norma é devolver essa interpelação

⁶² Mombaça, ‘rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!’, p. 9.

e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora.⁶³

As violências (sejam elas físicas, de apagamento simbólico, epistêmico, psicológicas, entre muitas) se dão como tentativas de correção e penalização do corpo marcado, na tentativa de engessar também as fronteiras de gênero,⁶⁴ e se somam na medida em que se possui outros ‘marcadores de diferença’ (esta sempre em relação à norma), a exemplo de pessoas não-brancas e de baixa renda financeira. “Quando uma travesti transita pela cidade o seu corpo incomoda ao olhar e é constantemente violado, seja por meio do desrespeito da sua identidade, seja através de agressões morais ou físicas. [...] O efeito de um corpo em desajuste com a construção cisgênera do binarismo produz uma reação de revolta”.⁶⁵

Tendo em vista a produção de gênero no contexto de pessoas racializadas – sendo também a raça uma categoria discursiva e não uma categoria biológica, o que não afeta o modo de “como a lógica racial e os quadros de referência raciais são articulados e acionados, assim como não anula suas consequências”–,⁶⁶ é:

imprescindível ressaltar que o feminismo negro identificou, desde o seu surgimento, que ao não levar em conta a intersecção entre raça e gênero, o feminismo tradicional não considerava as particularidades das mulheres negras, ou sequer as reconhecia como mulheres, cujo modelo idealizado eram as mulheres brancas (King, 1998). O feminismo negro reavaliou as políticas feministas brancas a partir de uma perspectiva afrocêntrica, e com a apresentação dos dois pontos acima listados, subsidiou

⁶³ Mombaça, ‘rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!’, p. 11.

⁶⁴ Welzer-Lang, p. 465.

⁶⁵ Lustosa, pp. 400–401.

⁶⁶ James Donald e Ali Rattansi, orgs., “Race”, *Culture and Difference* (Londres: Sage, 1992), p. 1, citado por Stuart Hall, *A identidade cultural na pós-modernidade*, p. 63.

uma crítica basilar ao feminismo tradicional que propiciou o desenvolvimento de outros feminismos, ditos interseccionais, incluindo o feminismo transgênero.⁶⁷

Uma vez que mulheres e demais pessoas racializadas seguem sendo desumanizadas, o movimento feminista negro questiona as bases dessas discussões de gênero trazendo a desessencialização da mulheridade – quando somente as pessoas a serem consideradas mulheres são as mulheres brancas cisheterossexuais – e, conjuntamente, coloca em pauta a desnaturalização das identidades de gênero, sendo isto imprescindível para o movimento trans. Esta importância se dá pela necessidade de perceber a identidade cisbranca como padrão, e entender que a categoria ‘mulher’ por si só não é capaz de abarcar as várias outras camadas de intersecção de uma pessoa. Este padrão não considera as diferentes realidades raciais, de classe, sexuais, corporais, que são imprescindíveis para se projetar uma sociedade que não seja pautada nos modelos colonialistas, e portanto não pode ser essencializado, reduzido à uma única realidade: à da identidade normativa.

A partir das novas ideias e comportamentos trazidos com o movimento feminista, especialmente em função das críticas do feminismo negro (COLLINS, 1990; DUCILLE, 1994), a percepção sobre quem são as mulheres se ampliou, deixou de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada com filhos, e passou a acatar a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais.⁶⁸

⁶⁷ Jaqueline Gomes de Jesus, ‘Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo’, *Universitas Humanística*, núm. 78 (2014), pp. 241–258 (p. 250) <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79131632011>> [acessado em 5 de outubro de 2017].

⁶⁸ Jacqueline Gomes de Jesus, ‘Feminismo e Identidade de Gênero: Elementos para a construção da teoria transfeminista’, *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (2013), pp. 1–7 (p. 4) <<https://www.researchgate.net/publication/259384737>> [acessado em 5 de outubro de 2017].

“Quando vislumbrei a tragicomédia de fazer distinção radical na diferença e não simpatizar com o binarismo de gênero instaurado, pensei que somente era um humano deformado, inadequado, muito afeminado, com um corpo biologicamente reconhecido como masculino, logicamente em pecado, desmensuradamente aproximado ao anormal, perverso e desviado, aprisionado como um sujeito imoral que não merecia entrar no reino dos céus, que devia pedir clemência e me corrigir desta transtornada e frenética patologia que me fazia sair do politicamente correto e estabelecido como natural dentro dos meus limites geopolíticos. Resolvi com valentia enfrentar aos outros e fui me nutrindo de insólitas estupidezes em torno às construções sociais em nosso acontecer sul-americano, vivendo em carne própria a opressão e a hostilidade junto ao gozo discriminador do outro que se sente superior e correto, destruindo a integridade pessoal e jogando no lixo a dignidade humana.”

Hija de Perra

Dessarte, o presente texto coloca-se enquanto uma denúncia das formas de poder que operaram e continuam a operar para o aniquilamento de determinados grupos e de suas culturas, onde atualmente tais formas vêm a modificar-se e atualizar-se de modo que esses lugares dão-se imensamente complexos: a partir das diversas identidades que compõem uma pessoa na contemporaneidade, e em como incidem em vários vetores sobre suas construções. Com foco nas diferentes violências impostas a pessoas trans, os posicionamentos aqui propostos através da interlocução entre as autoras deram-se pelo desejo de buscar trazer a representatividade de identidades e vozes não-hegemônicas, que vêm a sofrer a exclusão sistêmica dos espaços acadêmicos e de outros espaços sociais – o que refletiu-se também em dificuldades na realização desta pesquisa, tanto no campo teórico quanto no afetivo e psicológico. Tal situação foi fundadora de minha necessidade em utilizar dos meus lugares de privilégio para realizar este trabalho, na tentativa de apontar alternativas de produção cultural onde pessoas trans não são tidas enquanto objetos e abjetas, e sim como protagonistas de suas próprias histórias.

Investigando os meios pelos quais as identidades são construídas e como as relações podem se dar em direção à manutenção dos privilégios do grupo dominante através das tecnologias da violência, esta pesquisa coloca-se enquanto uma postura política afirmativa dos direitos das pessoas trans à ocupação de espaços de decisão, e também do direito a uma existência em que suas integridades não sejam cotidianamente ameaçadas e violentadas pelo cis-tema. Tal realidade opressora vivida por mim, em muito menor instância do que pela maioria das pessoas trans, foi deslocada para a mobilização desta escrita em vias de que se possa contribuir para um movimento micropolítico de transformação e justiça social, sabendo-se que para isto muitas têm e tiveram suas vidas interrompidas.

“venha celebrar comigo
que todos os dias algo tentou me matar
e falhou”
– Lucille Clifton

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas trans, que a partir de suas vidas, possibilitaram a minha.

Bibliografia

Araújo, Maria Clara, 'Epistemicídio e produção intelectual de travestis', *Semana de Ciências Sociais da UFBA: Ciência para que(m)?*

Descolonizando Saberes, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, BA, 26 de outubro de 2017

<<https://soundcloud.com/mariaclaraaraujo/maria-clara-araujo-epistemicidio-e-producao-intelectual-de-travestis-ufba>> [acessado em 28 de outubro de 2017]

Araújo, Peu, 'Brasil lidera assassinatos de pessoas trans no mundo: De 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016 foram 123 mortes

no país', *R7*, 30 de janeiro de 2017 <<https://noticias.r7.com/brasil/brasil-lidera-assassinatos-de-pessoas-trans-no-mundo-30012017>>

[acessado em 18 de maio de 2017]

Bagagli, Beatriz Pagliarini, 'Cisgeneridade e Silêncio', *Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões Trans** (2014)

<<https://transfeminismo.com/cisgeneridade-e-silencio/>> [acessado em 29 de outubro de 2017]

Becker, Howard, *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio* (Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009)

Bhabha, Homi K., *O local da cultura* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998)

Bortoni, Larissa, 'Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional', *Senado Notícias*, 20 de junho de 2017

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>> [acessado em 4 de junho de 2017]

Bourdieu, Pierre, 'A Ilusão Biográfica', in *Usos e abusos da história oral*, por Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado, orgs. (Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998), pp. 183–191

Butler, Judith P., *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003)

Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), 'F64', *CID10* (2013)

<<http://www.cid10.com.br/buscadescr?query=f64>> [acessado em 20 de novembro de 2017]

Clifton, Lucille, 'won't you celebrate with me', in *Poetry Foundation* <<https://www.poetryfoundation.org/poems/50974/wont-you-celebrate-with-me>> [acessado em 5 de setembro de 2017]

Cunha, Thaís, 'Transexuais são excluídos do mercado de trabalho: Com raras oportunidades de emprego, cerca de 90% das pessoas trans no Brasil acabam recorrendo à prostituição', *Correio Braziliense*, <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>> [acessado em 12 de junho de 2017]

Fausto-Sterling, Anne, entrevistada por Nana Queiroz, "Não é só o gênero que é socialmente construído, o sexo biológico também", entrevista online, AzMina, dia 2 de maio de 2016 <<http://azmina.com.br/2016/05/nao-e-so-o-genero-que-e-socialmente-construido-o-sexo-biologico-tambem/>> [acessado em 19 de agosto de 2017]

Foucault, Michel, 'De espaços outros', *Estudos Avançados*, vol. 27, núm. 79 (2013), pp. 113–122 <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300008>> [acessado em 15 de outubro de 2017]

Hall, Stuart, *A identidade cultural na pós-modernidade*, 10ª edição (Rio de Janeiro: DP&A, 2005)

———, ‘Identidade Cultural e Diáspora’, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, núm. 24 (1996), pp. 68–75

———, ‘Quem precisa da identidade?’, in *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*, por Tomaz Tadeu da Silva, org. (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000), pp. 103–133

Hanna, Wellington, e Thaís Cunha, ‘Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo: Agressões, ameaças e diversos tipos de violência simbólica fazem com que as pessoas trans sejam especialmente suscetíveis à evasão educacional’, *Correio Braziliense*, <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>> [acessado em 12 de junho]

Jesus, Jaqueline Gomes de, ‘Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo’, *Universitas Humanística*, núm. 78 (2014), pp. 241–258 <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79131632011>> [acessado em 5 de outubro de 2017]

———, ‘Feminismo e Identidade de Gênero: Elementos para a construção da teoria transfeminista’, *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (2013), pp. 1–7 <<https://www.researchgate.net/publication/259384737>> [acessado em 5 de outubro de 2017]

Lourenço, Daniel, ‘Queer na primeira pessoa: Notas para uma enunciação localizada’, *Revista Estudos Feministas*, vol. 25, núm. 2 (2017), pp. 875–887 <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38151031021>> [acessado em 23 de setembro de 2017]

Lustosa, Tertuliana, ‘Manifesto Traveco-Terrorista’, *Revista Concinnitas*, vol. 1, núm. 28 (2016), pp. 384–409 <<http://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25929/18560> [acessado em 16 de agosto de 2017]

Mombaça, Jota, ‘rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!’, *Oficina de Imaginação Política* (2016),

pp. 3–16 <https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi> [acessado em 4 de setembro de 2017]

———, ‘Desmontando a caravela *queer* na vida após a morte do colonialismo’, *Fala pública com Jota Mombaça – parte das ações e atividades do Arte e Ativismo na América Latina, ano II (2017)*, Despina: Largo das Artes, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2017

———, ‘Vozes do Sul – Lugar de Fala: Problema de Escuta’, *Festival Silêncio*, Lisboa, Portugal, vídeo online, Facebook, 1 de outubro de 2017 <<https://www.facebook.com/jeferson.isaac/posts/1565386336857409>> [acessado em 2 de outubro de 2017]

Panamby, Sara Elton, ‘Perenidades, porosidades e penetrações: [trans]versalidades pela carne / Pedregulhos pornográficos e ajuntamentos gózmicos para pesar / Eu não sabia que sangrava até o dia em que jorrei’ (tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017)

Perra, Hija de, ‘Interpretações imundas de como a Teoria *Queer* coloniza nosso contexto *sudaca*, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma’, *Revista Periódicus*, 2ª edição (2014–2015), pp. 1–8 <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896/9215>> [acessado em 12 de julho de 2017]

Preciado, Paul Beatriz, *Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas da identidade sexual* (São Paulo: N-1 Edições, 2014)

Ramírez, Ana Lucia, *Un cuerpo para fugarse del género*, curta-metragem documental online, Vimeo, 28 de abril de

2013 <<https://vimeo.com/65009220>> [acessado em 4 de junho de 2015]

Salih, Sara, *Judith Butler e a teoria queer*, (Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012)

Silva, Tomaz Tadeu da, ‘A produção social da identidade e da diferença’, in *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*, por Tomaz Tadeu da Silva, org. (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000), pp. 73–102

Silva, Luís Augusto Vasconcelos da, e Maycon Lopes, ‘Corpos híbridos e transexualidade: para além da dicotomia de gênero’, in *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*, por Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Liliana Lopes Pedral Sampaio, org. (Salvador: EDUFBA, 2014), pp. 25–39

Spivak, Gayatri, *Pode o subalterno falar?* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010)

Vergueiro, Viviane, ‘Pela descolonização das identidades trans’, in *VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH* (2012)

Welzer-Lang, Daniel, ‘A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia’, *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, núm. 2 (2001), pp. 460–482

Woodward, Kathryn, ‘Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual’, in *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*, por Tomaz Tadeu da Silva, org. (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000), pp. 7–72

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

L672 Lewinsohn, Debora Vasconcelos.
Transgeneridades e o corpo-território em disputa / Debora
Vasconcelos Lewinsohn. – 2017.
43 f.
Orientador: Ana Lucia Enne.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural)
– Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, 2017.
Bibliografia: f. 39-43.

1. Estudos sobre gênero. 2. Identidade de gênero. 3. Pessoas
transgênero. 4. Justiça social. I. Enne, Ana Lucia. II. Universidade
Federal Fluminense. Departamento de Arte. III. Título.

Bibliotecário: Nilo José Ribeiro Pinto CRB-7/6348



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO	
Nome do Candidato: DÉBORA VASCONCELOS LEWINSOHN (DOUGLAS VASCONCELOS LEWINSOHN)	Matrícula: 213.033.080
Título do Trabalho: "TRANSGENERIDADES E O CORPO – TERRITÓRIO EM DISPUTA"	
Orientador: Dr ^a . Ana Lúcia Enne	
Categoria: Monográfica	Data da Apresentação: 14/12/2017

BANCA EXAMINADORA
1º Membro (Presidente): Ana Lúcia Enne
2º Membro: Marisa Schincariol de Mello
3º Membro: Flávia Lages de Castro

AVALIAÇÃO:
Análise / Comentário A Banca destacou a organização da bibliografia, o uso maduro dos conceitos e a preocupação política de Tajuca Autencas Taju; a fluência do texto sem excesso e a ouvidia em si; o formato não convencional, o que também inclui uma posição política questionadora. Ressaltou, como ponto de destaque, a abordagem, a partir de uma questão binária, de tema complexo a partir de lógica não-binária. A banca reconheceu a continuidade de em nível de Pós-Graduação.
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora): 10,0 (dez)
ASSINATURAS <u></u> 1º Membro (Presidente) <u></u> 2º Membro <u></u> 3º Membro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

Niterói, 14/12/2017

Eu, **DEBORA VASCONCELOS LEWINSOHN (DOUGLAS VASCONCELOS LEWINSOHN)**, CPF 167.422.007-31, formando(a) do curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada "**TRANSGENERIDADES E O CORPO – TERRITÓRIO EM DISPUTA**" defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.

**DEBORA VASCONCELOS LEWINSOHN
(DOUGLAS VASCONCELOS LEWINSOHN)**